

Espaço Discente

Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica

Resource Description and Access (RDA)

Eliana Barboza de Oliveira Silva

Bacharel em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Assunção - Unifai e atua como técnica no Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca George Alexander da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: ebdosilva@gmail.com

Liliana Giusti Serra

Especialista em Gerência de Sistemas de informação e Bacharel em Biblioteconomia pela FaBCI-FESP-SP. Atua como especialista em *software* pela empresa Primasoft e como docente no Centro Universitário Assunção – Unifai.
E-mail: gjustii@yahoo.com.br

Norma Cianflone Cassares

Especialista em preservação e conservação de acervos em papel pela *Library of Congress*, Bacharel em Letras pelo Centro Universitário Assunção – Unifai. Atua na área de conservação, preservação e restauro de acervos documentais e é docente, no Unifai, na disciplina de Conservação preventiva de documentos.
E-mail: ncassares@uol.com.br

Maria Cristina Palhares Valencia

Mestre e Doutoranda em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Bacharel em Biblioteconomia pela FaBCI-FESP-SP. Docente do Centro Universitário Assunção – Unifai, onde leciona as disciplinas de Tecnologias da Informação e Comunicação.
E-mail: palharesvalencia@gmail.com

Resumo: Ao longo do tempo as regras de padronização e bases fundamentais da catalogação vêm sofrendo mudanças e atualizações para atender às transformações tecnológicas da informação e comunicação, como também suportar o surgimento de novas mídias e variados suportes da informação. É nesse momento que nasce a RDA, com o anseio de ser um novo padrão para atender aos novos desafios. Por meio de pesquisa teórica é realizada uma análise sobre a RDA, tratando de seus objetivos, sua nova estrutura baseada nas entidades do modelo FRBR, as similaridades com as AACR2, as mudanças no MARC para comportar as informações bibliográficas propostas pela RDA e o teste norte-americano para avaliar sua implantação, além dos desafios que a comunidade biblioteconômica terá até a implantação prevista para janeiro de 2013.

Palavras-chave: Catalogação; Representação Descritiva; Registro bibliográfico; RDA

INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é descrever os aspectos mais relevantes do corpo da nova padronização de descrição bibliográfica, RDA (*Resource Description and Access* – Recursos: Descrição e Acesso), projetada para suceder o código AACR2. Está baseada no tripé: FRBR, FRAD e a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA (2009). “FRBR e FRAD fornecem as entidades, relacionamentos, e as tarefas do usuário e o [*International Cataloguing Principles*] (ICP) fornece os princípios subjacentes que formam a base da RDA” (TILLET, 2010, p. 4, tradução nossa).

Desde a primeira publicação das AACR2 (*Anglo-American Cataloging Rules, second edition* / Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição), em 1978, o mundo da informação registrada sofreu uma reviravolta. Predominavam as informações impressas e os catalogadores não tinham problemas para distinguir e descrever os

formatos e suportes existentes. Com a (r)evolução tecnológica, surgem novas mídias e suportes variados tornando mais trabalhosas as tarefas de classificação e categorização.

A nova realidade digital presente com a *Web* levou a uma nova abordagem, tendo como princípio norteador o foco nos usuários e suas necessidades na obtenção da informação. Neste cenário, uma revisão para ir ao encontro das novas necessidades conceituais e formais da descrição bibliográfica era necessária, não sendo possível apenas uma revisão de regras existentes já estabelecidas nas AACR2.

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, a partir da década de 1960, iniciou um processo de revisão de seus princípios de catalogação. Os relatórios apresentaram um novo modelo conceitual FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records* – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) que se tornaram a base para os novos rumos da padronização catalográfica estabelecida pela RDA.

O comitê responsável pelo desenvolvimento desse novo padrão, o JSC (*Joint Steering Committee for Development of RDA* – Comitê Misto Permanente para a Revisão das Regras Anglo-americanas de Catalogação), optou por adotar um novo nome como sinal da mudança: RDA.

1 O QUE É A RDA?

A RDA é a nova norma de catalogação que foi desenvolvida com a pretensão de substituir as AACR2, mas toma como base a norma anterior e é pensada para os conteúdos no ambiente digital.

É baseada em um conjunto de instruções práticas, que é fundamentada em um conceito teórico que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova padronização. Os principais modelos conceituais são: o FRBR e o *Functional Requirements for Authority Data* – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD). FRAD é um prolongamento do modelo FRBR para dados de autoridade. Ambos identificam e coletam os dados utilizados pelo usuário no processo de pesquisa que formarão uma massa de informação essencial para a otimização dos recursos de todo o processo (OLIVER, 2011).

Os FRBR são o primeiro modelo conceitual definido para a catalogação que se baseia em um modelo entidade-relacionamento do mundo da informática. É assim que se definem entidades e seus atributos (suas características) e as relações que existem entre elas (PICCO, 2009 p. 153, tradução nossa).

Entre os anos 1960 e 2000, a catalogação passou por um grande número de mudanças, tanto pela diversidade nas publicações como por novas formas de conteúdo e de plataformas de informação, alterando a maneira dos profissionais e também dos usuários de bibliotecas lidarem com a substância dos assuntos. A RDA é projetada para lidar com estas novas dinâmicas agora em um ambiente digital.

A RDA é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer. Estes dados são analisados e distribuídos de maneira a serem utilizados de modo pertinente. Uma informação encontra-se com outra e muitas vezes de forma desarmônica e do cruzamento de dados surgem resultados inesperados, novas derivações, são os chamados metadados, que poderíamos resumir em: dados sobre outros dados. São como uma trama de informações que funcionam relacionando elementos de uma maneira inteligente em um ambiente de rede.

Os dados RDA podem ser codificados por bases de dados já existentes, como também está sendo preparado para novas bases de dados no futuro. É uma norma híbrida, feita para funcionar com os recursos tradicionais de uma biblioteca, como interagir com bases tanto analógicas como digitais em um ambiente de rede. Ela foi desenvolvida para “proporcionar uma estrutura coerente, flexível e extensível tanto para a descrição técnica quanto de conteúdo de todos os tipos de recursos e todos os tipos de conteúdo”. (*JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA*, apud OLIVER, 2011, p. 3).

Esta norma foi concebida com uma visão mais ampla do que a contemplada apenas no espaço físico da biblioteca, porque vai além e objetiva alcançar diversas áreas: arquivos, museus, repositórios digitais, etc. Essa interatividade de ambientes cria um número muito maior de metadados, dados esses que alimentam um sistema capaz de gerar um número sem fim de informações para a sociedade (OLIVER, 2011).

No entanto, há uma preocupação para a adequação e utilização da norma nestes ambientes fora da biblioteca, conforme explicita Hillmann: “Minhas preocupações com os rascunhos atuais são nas seguintes áreas: transcrição e fontes específicas de informações, confiança nas notas, e múltiplas versões”. (HILLMANN, 2006, p. 9,

tradução nossa). Estas questões não puderam ser debatidas pelos bibliotecários deste segmento por não existir uma verdadeira abertura para os profissionais da área em geral “[...] de certo modo isto tudo está acontecendo de uma maneira clandestina, longe das vistas de muitos bibliotecários, e diz respeito a uma importante parte de uma infraestrutura que dependemos”. (HILLMANN, 2006, p. 8, tradução nossa).

1.1 Estrutura da RDA

Na estrutura da RDA já se nota a primeira diferença com as AACR2. É uma ferramenta com acesso via *Web*, com recursos e suporte ao catalogador assim como atualizações e treinamentos para sua utilização. Outra diferença é a organização dos capítulos, que não se dá mais pelo tipo de material, e sim pelos objetivos das tarefas para que os usuários possam identificar e relacionar as informações procuradas (TILLET, 2010). Para possibilitar essas relações, foram elaboradas instruções para a criação dos pontos de acesso dos documentos.

Além de fornecer instruções sobre quais elementos são necessários para **identificar**, há instruções que mostram como reunir esses elementos para criar pontos de acesso nos registros bibliográficos e de autoridade para obras / expressões, pessoas, famílias e pessoas jurídicas (TILLET, 2010, p. 5, grifo do autor, tradução nossa).

A terminologia utilizada nas AACR2 para cabeçalhos também muda na RDA e passa a ser denominada pontos de acesso autorizados. Com estas mudanças, o vocabulário fica mais preciso e favorece um ambiente mais amigável ao usuário além de atingir objetivos mais práticos em relação à comunidade biblioteconômica, como explicita Tillett (2009, p. 10): “Queremos que a nossa linguagem seja mais precisa para ajudar futuros catalogadores e *designers* de sistemas a falar a mesma língua”.

A estrutura desta norma é composta por 38 capítulos, sendo que o capítulo 0 é a introdução; 10 seções, nas quais se encontram 37 capítulos; e 13 apêndices. Nem todos os seus capítulos estão desenvolvidos. A norma foi lançada no ano de 2009, e esta versão serve de referência para o aperfeiçoamento e conclusão dos capítulos ainda em desenvolvimento, é o ponto de partida.

Está dividida em dois tópicos: *Recording Attributes* (Registro de Atributos) e *Recording Relationships* (Registro de Relações).

A RDA *Toolkit* é o portal que contém todo o conteúdo da norma, em linha, além de disponibilizar também as AACR2 com links para a RDA, destacando diferenças e mudanças entre os padrões. À medida que os conteúdos vão sofrendo atualizações, o

Toolkit disponibiliza online aos assinantes todas as novidades. Em suma, esse *kit* de ferramentas estará disponível ao catalogador via Web.

2 CONTINUIDADE ÀS AACR2

A estrutura de governança existente nas AACR2 continua a mesma na RDA. Desde o início, a cooperação dos trabalhos resultantes no Código de Catalogação Anglo Americano contou com a participação de três países: Canadá, EUA e Grã-Bretanha, com o acréscimo da Austrália que ingressou no grupo no início da década de 1980 e desde então o grupo permanece inalterado.

- a) *Committee of Principals* (COP) [Comitê de responsáveis]: tem a função de supervisionar todos os trabalhos;
- b) *Joint Steering Committee* (JSC) [Comitê misto de direção]: desenvolvem o conteúdo da RDA e constante revisão e mudanças quando necessário;
- c) *Co-Publishers* [coeditoras]: publicam a obra desenvolvida pelo JSC;
- d) *Trustees* [conselheiros] ou *Fund Committee* [comitê de recursos financeiros]: tem a função de gerenciar toda a parte financeira.

Segundo Oliver (2011), existe a possibilidade de reestruturação deste organograma, após a implementação da nova norma, visando maior participação internacional.

O JSC é formado por representantes de seis instituições: *American Library Association* (ALA), *Australian Committee on Cataloguing* (ACOC), *British Library* (BL), *Canadian Committee on Cataloguing* (CCC), *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP) e *Library of Congress* (LC).

A compatibilidade de registros bibliográficos foi levada em consideração, para que não houvesse uma ruptura e uma necessidade urgente que obrigasse os registros no formato AACR2 a serem reprocessados de acordo com a nova norma. Este é o grande ponto de aflição da área. A dúvida quanto à verificação na prática da possibilidade de coexistência dos dois padrões num mesmo catálogo é levantada por Modesto:

Embora pareça algo distante, essa reformatação implicará na provável convivência de dois universos bibliográficos. Catálogos em MARC 21, base AACR2 e Catálogos MARC 21, base RDA. Na teoria a relação pode ser pacífica, mas a catalogação na prática é outra (MODESTO, 2011).

Oliver (2011) indica uma possível saída para resolver essa questão num longo prazo, que é a criação de equipes de trabalho cooperativo para a revisão e inclusão de novos

elementos nos antigos registros com o objetivo de facilitar as tarefas do usuário em relação aos recursos.

Já quando o assunto é pontos de acesso, as mudanças da RDA são mais radicais e nesse caso, a compatibilidade torna-se delicada. Entretanto, o que foi proposto até agora foi meticulosamente pensado para minimizar problemas nesse sentido, como é o caso da simplificação dos pontos de acesso para os livros da Bíblia.

3 ONDE ESTÃO AS MUDANÇAS?

As AACR2 definem diferentes níveis de descrição, já a RDA propõe a utilização de elementos essenciais de descrição que possibilitem que as tarefas dos usuários de encontrar, identificar, selecionar e obter sejam satisfeitas. A LC está desenvolvendo uma nova política para a utilização da RDA, sobre os elementos essenciais para descrição listando elementos considerados importantes tanto na descrição bibliográfica como nos dados de autoridade. Tillett (2010) defende que cada instituição poderá determinar sua política, estabelecendo sua própria lista de elementos e fica a critério do catalogador a análise e descrição dos dados essenciais. A intenção é deixar os catalogadores e suas instituições mais à vontade para determinarem suas prioridades descritivas.

Outro ponto importante que é centrado no julgamento do catalogador são as opções de omissões ou acréscimos que a RDA permite para os dados que não fazem parte da lista de elementos essenciais.

É essencial seguir o princípio da representação presente na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação que tem por objetivo facilitar e encorajar a tarefa do catalogador, reproduzir exatamente o que está no documento.

Na RDA, não existe indicação para uso de abreviaturas, e sim preferência para que todas as informações estejam por extenso. Transcreve-se da forma em que aparece no item, não acrescentando informações extras. Registram-se os nomes na ordem encontrada na fonte, e frases para indicar uma informação adicional ou desconhecida, como: lugar de publicação não identificado e editor não identificado.

Da mesma forma não se deve corrigir imprecisões ou erros encontrados na fonte. Se a informação for muito relevante, pode-se fazer observações ou explicações em notas.

Para os pontos de acesso, a mudança mais comentada e que causou maior impacto na comunidade foi a mudança da também conhecida “regra dos três”: o ponto de acesso principal para as obras com mais de quatro autores. Nas AACR2, o ponto de acesso

principal era o título, mencionando o primeiro acrescido da expressão [et al.]¹ com a possibilidade de menção em pontos de acesso secundários dos demais responsáveis intelectuais.

Esta forma de representação infelizmente não leva em consideração a necessidade informacional do usuário, que pode realizar a pesquisa pelos nomes de outros autores não listados nos pontos de acesso.

Já na RDA seguindo o princípio da representação, deve-se representar exatamente o que está no documento, e o ponto de acesso principal será o primeiro autor, e que se mencione os demais autores, em conformidade com o objetivo principal de foco no usuário.

4 MARC 21/RDA

As alterações necessárias no formato MARC 21 para o registro bibliográfico padronizado pela RDA estão a cargo da *Machine-Readable Bibliographic Information Committee* (MARBI) / Comitê de Informação Bibliográfica Legível por máquina. Este comitê é formado por membros com e sem direito a voto de unidades ligadas ou não à ALA, mas que possuem interesse comum nas questões relativas a padrões de automação de bibliotecas.

O MARBI está desenvolvendo estudos a partir das decisões do JSC e em conformidade com sua base conceitual nos FRBR e FRAD, além da criação do RDA/MARC *Working Group* / Grupo de trabalho do RDA/MARC.

Mesmo com todos os esforços para a melhor acomodação entre RDA e MARC 21, ainda existem aspectos que ficaram inacabados, dada a necessidade de equilibrar o custo da mudança com o benefício da nova designação de conteúdo, alguns campos do MARC 21 foram deixados como estavam (OLIVER, 2011).

Este é o caso do subcampo b da *tag* 300, descrição física, que não sofreu expansão para comportar todas as informações requeridas pela RDA. Quatorze diferentes elementos RDA correspondem a este único subcampo.

Mas em outros casos, a segmentação foi necessária, como por exemplo, o campo 502, nota de dissertação, houve acréscimo de subcampos para acomodar uma grande quantidade de informações requerida pela RDA na descrição bibliográfica e que pudesse ser suportada pelo processamento da máquina (OLIVER, 2011).

¹ É uma expressão latina que significa "e outros".

A mudança mais importante foi a criação de três campos para registrar informações RDA sobre o tipo de conteúdo (336), tipo de mídia (337) e tipo de suporte (338). Estes campos foram criados em substituição a designação geral de materiais (DGM), que antes eram registradas no subcampo h da tag 245.

5 RDA: O PRESENTE E OS DESAFIOS PARA O FUTURO

Para a verificação da viabilidade da RDA na prática, foi necessária a coordenação de um teste para determinar a sua prontidão e analisar cada objetivo e meta esperada para a aplicação da RDA e o que ainda não foi atingido já está sendo revisto, como por exemplo, reescrever as instruções da RDA de forma clara num inglês simples, reescrever capítulos que foram identificados como prioritários e demonstrar progresso para a criação de um substituto para o MARC. “A recomendação para a aplicação é baseada na expectativa de que os problemas descobertos por meio do teste serão tratados como parte da preparação para a implantação.” (REPORT..., 2011, p. 4, tradução nossa). O período do teste foi de outubro e dezembro de 2010. A análise dos resultados foi de janeiro a maio de 2011.

O teste foi liderado pelas três Bibliotecas Nacionais norte-americanas: *Library of Congress*, *National Agricultural Library* (NAL) e *National Library of Medicine* (NLM) e parceiros, totalizando 26 instituições, dos mais variados tipos, como: bibliotecas de portes diferentes, arquivos, bibliotecas públicas, acadêmicas, escolares, etc.

No período de implantação e nos anos seguintes, todos os recursos do modelo ainda não estarão disponíveis de maneira integral, deixa claro o Comitê de Coordenação do teste norte-americano no *Report* (2011) apontando a distância entre a tecnologia atual e a tecnologia requerida para a implantação de todos os aspectos da RDA. Apesar desse hiato, o fator motivador da aplicação da RDA no momento são as necessidades urgentes da comunidade de catalogadores na promoção das seguintes mudanças: facilidade de uso na alteração de ambiente utilizado pelas bibliotecas, e principalmente a falta de impedimentos para evidenciar os relacionamentos entre as entidades, além de outros.

De acordo com a análise dos resultados, o Comitê Coordenador do teste da RDA chegou à seguinte conclusão:

Depende da evolução satisfatória / conclusão das tarefas e itens de ação [...], o Comitê de Coordenação recomenda que a RDA deve ser implantada por LC, NAL, e NLM *não antes de janeiro de 2013*. As três bibliotecas nacionais devem assumir o compromisso para garantir que progresso seja alcançado nas atividades que requerem esforço significativo de muitos de dentro e além da comunidade bibliotecária (REPORT..., 2011, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

E no Brasil? Modesto inicia a discussão da aplicação da RDA à realidade brasileira, convidando a comunidade biblioteconômica a um posicionamento partindo de reflexões da nova teoria aplicada à prática. “Um questionamento recorrente é: ‘será que vai atender melhor o usuário?’. Fica também uma observação, ‘o usuário norte-americano não é o mesmo que o usuário brasileiro’, sem demérito para um ou outro”. (MODESTO, 2011).

A bibliografia segue aumentando [no Brasil]. Há sites dedicados ao tema: ‘Catalogação’. Falta iniciar a crítica ao uso e os testes de viabilidade à realidade do país chamado Brasil, que contém vários brasis. Os testes realizados nos EUA ficam restritos às bibliotecas nacionais especializadas, falta outros modelos de bibliotecas, mais populares em termos de público atendido (MODESTO, 2011).

A iniciativa pioneira partiu da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no Fórum Permanente “Tecnologia Digital e Registros Informacionais: novos conceitos e padrões de entrada de dados e suas perspectivas para o tratamento e acesso à informação”, no dia 8 de setembro deste ano, em Campinas. Segundo Oscar Eliel, diretor de tratamento da informação do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU), o fórum abriu discussões para a implementação desta nova norma em âmbito nacional (ANUNCIAÇÃO, 2011) e conclui:

Este Fórum visa não só iniciar uma discussão dentro da Unicamp para implementação dessa nova norma, como também discutir o assunto junto aos bibliotecários em âmbito nacional para que possamos criar um grupo e futuramente implantar isso no Brasil (ANUNCIAÇÃO, 2011).

CONCLUSÃO

Com o passar do tempo, a catalogação foi ficando cada vez mais presa ao suporte impresso e rodeada de tecnicismo, muitas vezes afastando o usuário de um ambiente que é seu por direito.

A partir das novas tecnologias, uma importante reflexão do universo da Biblioteconomia foi redefinir os objetivos do catálogo, colocar novamente o foco no usuário para que os registros bibliográficos lhes permitam encontrar, identificar, selecionar, obter e navegar chegando a informação desejada.

Os modelos encontrados para alcançar esse objetivo são os FRBR e FRAD que preveem relações entre uma ou várias entidades. Na declaração dos princípios internacionais de catalogação da IFLA, há a orientação para o desenvolvimento de um código internacional de catalogação facilitadora da cooperação e intercâmbio de dados em âmbito internacional, e uma maior participação de países, não anglo-saxões.

A continuidade de estudos da RDA em sua totalidade, dos registros bibliográficos aos pontos de acesso é essencial para contribuir na compreensão, reflexão e conseqüentemente o avanço da área.

O treinamento também é de vital importância para que a base conceitual seja amplamente compreendida facilitando a aplicação da RDA. A nova terminologia que vem da base conceitual também deve ser igualmente estudada.

Foi ratificado que antes de janeiro de 2013, a norma não será implantada. Tempo hábil para as retificações necessárias.

Percorrida uma estrada que já soma tantos anos, a tão aclamada norma deixa de ser uma promessa e começa a ganhar corpo, está prestes a se tornar uma realidade. Prova disso é que nosso país mesmo estando fora do eixo dos comitês formuladores da norma já abre debate para a implantação da RDA.

O desafio é grande, exigirá uma série de mudanças profundas, e seu objetivo de ser desde o início uma norma facilitadora, objetiva e projetada para o mundo digital está próximo de ser alcançado.

Com os novos tempos, a informação se despe dos formatos atuais e alça novas dimensões, a tendência é que ela venha a se tornar mais acessível, abrangente e democrática.

REFERÊNCIAS

ANUNCIAÇÃO, Sílvio. UNICAMP lidera discussões no Brasil sobre novo código de catalogação. **Portal UNICAMP**, 8 set. 2011. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2011/09/09/unicamp-lidera-discussoes-no-brasil-sobre-novo-codigo-de-catalogacao>>. Acesso em: 30 set. 2011.

HILLMANN, Diane I. RDA for Who? **Technicalities**, Phoenix, v. 26, n. 3, p. 8-10, May/June 2006. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/57636186?accountid=12217>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

MODESTO, Fernando. O formato da RDA reformata a formatação do formato bibliográfico e a reforma do catalogador não informado. **Ofaj. Info home**, jun. 2011. Online/Offline Colunas. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=609>. Acesso em: 28 jul. 2011.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2011. 153 p. ISBN 978-85-85637-45-3.

PICCO, Paola. El objeto de la catalogación en el marco de las FRBR y el nuevo código de catalogación. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 150-162, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/10359/11023>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

REPORT and recommendations of the U.S. RDA Test Coordinating Committee. Executive Summary, 13 June 2011. 8 p. Disponível em: <<http://www.loc.gov/bibliographic-future/rda/rda-execsummary-public-13june11.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

TILLET, Barbara. Changes from AACR2 for texts. **The Library of Congress Webcasts**, 12 Jan. 2010. 52 p. Disponível em: <http://www.loc.gov/today/cyberlc/feature_wdesc.php?rec=4863>. Acesso em: 11 out. 2011.

_____. FRBR. In: ALCTS RDA, FRBR, AND FRAD PRECONFERENCE, Chicago, 2009. 65 p. Disponível em: <http://presentations.ala.org/index.php?title=Friday%2C_July_10>. Acesso em: 11 out. 2011.